

# TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEXTA-FEIRA  
29 DE ABRIL DE 2022



EDIÇÃO  
DIGITAL



## PUBLICIDADE LEGAL

📞 ( 4 1 ) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A - CNPJ nº 77.591.402/0001-32

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter ao exame de V.S.as, o relatório da administração, consubstanciado nas Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021. Registramos nossos agradecimentos aos senhores acionistas e a todos os clientes, fornecedores e funcionários.

Curitiba, 25 de abril de 2022.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

	2021	2020
<b>ATIVO</b>		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>842.132.134,93</b>	<b>690.724.675,22</b>
Caixa e Equivalentes	13.301.455,86	13.258.224,72
Contas a Receber	555.630.108,65	411.103.963,21
Estoques	270.899.251,54	264.309.162,80
Despesas pagas Antecipadamente	2.301.318,88	2.053.324,49
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>94.195.618,80</b>	<b>93.144.858,47</b>
Realizável em Longo Prazo	93.132.095,38	92.822.797,43
Depósitos e Cauções	1.063.523,42	322.061,04
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>213.492.385,50</b>	<b>189.211.761,73</b>
Investimentos	144.714.342,96	123.059.335,31
Imobilizado	84.119.108,78	76.842.050,05
(-) Depreciações Acumuladas	(15.974.137,86)	(11.536.458,93)
Intangível	1.071.723,22	1.071.723,22
(-) Amortizações Acumuladas	(438.651,60)	(224.887,92)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.149.820.139,23</b>	<b>973.081.295,42</b>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

	2021	2020
<b>PASSIVO</b>		
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>250.377.782,02</b>	<b>180.364.112,71</b>
Fornecedores	16.613.504,73	12.537.851,48
Obrigações Fiscais	2.290.260,64	1.132.722,50
Empréstimos e Financiamentos	95.889.318,30	58.504.344,93
Obrigações Previdenciárias e Sociais	8.010.777,53	7.056.508,11
Outras Obrigações	127.573.920,82	101.132.685,69
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>487.799.300,84</b>	<b>406.581.805,68</b>
Exigível em Longo Prazo	314.388.025,24	239.195.538,36
Empréstimos e Financiamentos	173.411.275,60	167.386.267,32
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>411.643.056,37</b>	<b>386.135.377,03</b>
Capital Social	39.663.656,69	39.632.356,69
Reservas de Capital	180.583.754,05	180.583.754,05
Lucros ou Prejuízo Acumulados	191.395.645,63	165.919.266,29
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.149.820.139,23</b>	<b>973.081.295,42</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

	2021	2020
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Receitas de Vendas	32.915.404,61	14.929.020,84
Receita de Aluguéis	7.087.682,28	5.831.928,89
Receita de Serviços	351.088.588,14	305.326.624,97
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>391.091.675,03</b>	<b>326.087.574,70</b>
(-) Deduções de Vendas	(21.383.471,65)	(16.802.200,30)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>369.708.203,38</b>	<b>309.285.374,40</b>
<b>CUSTOS</b>	<b>(304.688.538,48)</b>	<b>(240.337.709,36)</b>
Custo de Vendas	(28.067.623,45)	(8.339.268,06)
Custos de Obras	(158.611.828,45)	(96.580.898,04)
Custos de Serviços	(367.582.594,41)	(290.795.740,91)
Custos Administrativos	(11.122.196,47)	(7.756.975,30)
Transferência	260.695.704,30	163.135.172,95
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>65.019.664,90</b>	<b>68.947.665,04</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(29.758.109,69)</b>	<b>(32.564.396,48)</b>
Despesas Administrativas	(42.636.986,80)	(32.283.732,88)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	40.475.481,34	16.328.645,71
Despesas Financeiras	(27.446.999,34)	(16.562.813,53)
Despesas Não Dedutíveis	(149.604,89)	(46.495,78)
<b>OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>520.050,05</b>	<b>(320.101,81)</b>
<b>PROVISÕES P/ IMPPOSTOS</b>	-	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>35.781.605,26</b>	<b>36.063.166,75</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em unidade de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Em 01 de março de 2013 a Administração realizou uma Assembleia visando a Constituição de Sociedade Anônima por transformação de Sociedade Limitada. A ata correspondente foi registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41300086885 em 22/03/2013.

A partir de então passou a usar o nome comercial de JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A.

CONTEXTO OPERACIONAL

A JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A é uma Companhia fechada e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 77.591.402/0001-32, com sede em Curitiba (PR), na Avenida Sete de Setembro, nº 4698, 22º andar do Edifício Batel Office Tower, bairro Batel.

A JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A tem por objeto social a atividade da construção civil, serviços de engenharia civil, elétrica, e mecânica, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção, compra e venda de imóveis, administração e locação de bens de terceiros e shopping centers, importação e exportação, em conformidade com as disposições estatutárias em seu artigo terceiro.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e pelo IFRS - International Financial Reporting Standard.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Mudanças em Políticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

- A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado.
- O reconhecimento da receita de vendas pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.
- A reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e a interrupção da amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida.
- A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de estes possam estar desvalorizados.
- Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

DMPL	Capital social	Lucros Acumulados	Reservas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
<b>31.12.2018</b>	<b>39.370.100,00</b>	<b>94.535.300,88</b>	<b>1.931,53</b>	<b>181.494.399,47</b>	<b>315.401.731,88</b>
Lucro do Exercício	0,00	36.177.390,16	0,00	0,00	36.177.390,16
Ajuste Ex Anterior	0,00	1.150.000,00	0,00	0,00	1.150.000,00
Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	-866.576,95	-866.576,95
Capital a Integralizar	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
<b>31.12.2019</b>	<b>39.615.100,00</b>	<b>131.862.691,04</b>	<b>1.931,53</b>	<b>180.627.822,52</b>	<b>352.107.545,09</b>
Lucro do Exercício	0,00	36.063.166,75	0,00	0,00	36.063.166,75
Distribuição de Lucros	0,00	-2.006.591,50	0,00	0,00	-2.006.591,50
Ajuste Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	-46.000,00	-46.000,00
Capital a Integralizar	17.256,69	0,00	0,00	0,00	17.256,69
<b>31.12.2020</b>	<b>39.632.356,69</b>	<b>165.919.266,29</b>	<b>1.931,53</b>	<b>180.581.822,52</b>	<b>386.135.377,03</b>
Lucro do Exercício	0,00	35.781.605,26	0,00	0,00	35.781.605,26
Distribuição de Lucros	0,00	-3.631.300,00	0,00	0,00	-3.631.300,00
Ajuste Ex Anterior	0,00	-6.673.925,92	0,00	0,00	-6.673.925,92
Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital a Integralizar	31.300,00	0,00	0,00	0,00	31.300,00
<b>31.12.2021</b>	<b>39.663.656,69</b>	<b>191.395.645,63</b>	<b>1.931,53</b>	<b>180.581.822,52</b>	<b>411.643.056,37</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

Método Indireto	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido do Exercício	35.781.605,26	36.063.166,75
<b>Ajuste por:</b>		
Depreciação	4.651.442,61	1.215.550,94
<b>Variação dos Ativos e Passivos</b>		
Contas a Receber	(144.526.145,44)	(116.245.876,93)
Estoques de Imóveis	(6.590.088,74)	3.569.369,98
Despesas Antecipadas	(247.994,39)	615.997,32
Fornecedores	4.075.653,25	2.155.829,26
Empréstimos e Financiamentos	37.384.973,37	(36.305.442,63)
Obrigações Fiscais	1.157.538,14	192.331,18
Obrigações Sociais	954.269,42	1.388.783,07
Outras Obrigações	26.441.235,13	(1.403.649,19)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>(40.917.511,39)</b>	<b>(108.753.940,25)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Imobilizado	(7.277.058,73)	(1.581.677,29)
Intangível	-	-
Investimentos	(21.655.007,65)	(2.940.282,82)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(28.932.066,38)</b>	<b>(4.521.960,11)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Realizáveis em longo prazo	(309.297,95)	(9.084.730,63)
Depósitos e cauções	(741.462,38)	27.481,64
Obrigações em longo prazo	75.192.486,88	63.137.582,29
Outras obrigações em longo prazo	-	(3.518.502,59)
Empréstimos e Financiamentos em longo prazo	6.025.008,28	76.528.633,02
Variacoes no Patrimônio Líquido	(10.273.925,92)	(2.035.334,81)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>69.892.808,91</b>	<b>125.055.128,92</b>
<b>Aumento/Redução das Disponibilidades (1+2+3)</b>	<b>43.231,14</b>	<b>11.779.228,56</b>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>43.231,14</b>	<b>11.779.228,56</b>
Saldo Inicial De Caixa e Equivalentes	13.258.224,72	1.478.996,16
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.301.455,86	13.258.224,72

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31.12.2021

Período 01.01.2021 a 31.12.2021 e 2020

Em R\$	31/12/2021	31/12/2020
<b>1. RECEITAS</b>	<b>691.737.365,82</b>	<b>505.231.291,55</b>
1.1 Receita de Vendas	32.915.404,61	14.929.020,84
1.2 Receita de Aluguéis	7.087.682,28	5.831.928,89
1.3 Receita de Serviços	351.088.588,14	305.326.624,97
1.4 Receita Não Operacional	301.691.235,69	179.143.716,85
1.5 Deduções	(1.045.544,90)	-
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(493.418.219,56)</b>	<b>(355.607.221,78)</b>
2.1 Custos de Vendas	(8.768.079,24)	(6.657.581,28)
2.2 Custos de Obras	(177.911.372,66)	(98.262.584,82)
2.3 Custos de Serviços	(279.898.634,30)	(228.961.630,19)
2.4 Custos Administrativo	(11.122.196,47)	(7.756.975,30)
2.5 Energia, Serviços de Terceiros e Outras Desp. Op.	(15.717.936,89)	(13.968.450,19)
<b>3. RETENÇÕES</b>	<b>(4.675.512,22)</b>	<b>(1.585.125,54)</b>
3.1 Depreciação e Amortização	(4.675.512,22)	(1.585.125,54)
<b>4. VALOR ADICIONADO LIQ. PROD. PELA ENTIDADE</b>	<b>193.643.634,04</b>	<b>148.038.944,23</b>
<b>5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA</b>	<b>204.479,19</b>	<b>370.432,34</b>
5.1 Receitas Financeiras	204.479,19	370.432,34
<b>6. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>193.848.113,23</b>	<b>148.409.376,57</b>
<b>7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>193.848.113,23</b>	<b>148.409.376,57</b>
7.1 Pessoal e Encargos	107.137.299,02	77.743.108,64
7.2 Impostos, Taxas e Contribuições	23.277.730,42	17.669.855,31
9.3 Despesas Financeiras e Aluguéis	27.651.478,53	16.933.245,87
9.4 Lucro ou Prejuízo do Exercício	35.781.605,26	36.063.166,75

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

3.5. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- registrados pelo valor justo, e
- empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo;

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de



durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### 3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 3.14. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.15. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução do bem, podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

### 3.16. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e
- Expectativa de realização dos créditos tributários.

### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	950.325,04	1.020.649,22
Banco Conta Movimento	6.119.425,76	852.647,52
Aplicações Financeiras	6.231.705,06	11.384.927,98
	<b>13.301.455,86</b>	<b>13.258.224,72</b>

### NOTA 5 – CONTAS A RECEBER E DEMAIS CRÉDITOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Promitentes Comp. De Imóveis	65.902.710,56	28.700.012,21
Faturas a receber	100.400.044,76	83.406.426,91
Adiantamentos a Fornecedores	375.366,61	560.623,05
Impostos a Recuperar	15.542.943,55	16.388.729,56
Créditos Diversos	5.480.588,86	5.480.588,86
Créditos Consorciadas	367.216.195,85	275.872.725,52
Consórcio em andamento	712.258,46	694.857,10
	<b>555.630.108,65</b>	<b>411.103.963,21</b>

### NOTA 6 – ESTOQUES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Terrenos a comercializar	246.536.006,05	248.448.224,91
Imóveis Usados Adq. de Terceiros	8.905.972,76	7.647.884,68
Imóveis Concluídos	15.027.746,10	7.746.982,78
Imóveis em Construção	-	36.543,80
Loteamentos Concluídos	57.526,63	57.526,63
Veículos	372.000,00	372.000,00
	<b>270.899.251,54</b>	<b>264.309.162,80</b>

### NOTA 7 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento p/ Aumento de Capital	344.439,71	344.439,71
Outros Débitos	92.787.655,67	92.478.357,72
	<b>93.132.095,38</b>	<b>92.822.797,43</b>

### NOTA 8 – IMOBILIZADO

TABELA DA NOTA EXPLICATIVA NOTA 8 – IMOBILIZADO

	Imóveis	Márquins e Equip de Obras	Veículos	Móveis e Utensílios	Séde Adm e Imobiliária	Equip de CPD e Outros	Total
<b>Em 31.12.2018</b>							
Custo	147.708,10	19.999.759,96	25.250.059,45	355.924,32	25.258.114,61	770.209,53	71.781.775,97
Depreciação Acumulada	0,00	3.049.445,08	5.112.906,00	234.733,05	47.158,07	1.088.642,21	9.532.884,41
<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>147.708,10</b>	<b>16.950.314,88</b>	<b>20.137.153,45</b>	<b>121.191,27</b>	<b>25.210.956,54</b>	<b>-318.432,68</b>	<b>62.248.891,56</b>
<b>Em 31.12.2019</b>							
Custo	147.708,10	22.296.267,03	26.085.931,35	384.680,20	25.258.114,61	1.087.671,47	75.260.372,76
Depreciação Acumulada		3.900.966,79	5.557.278,25	242.353,85	47.158,07	786.914,71	10.534.671,67
<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>147.708,10</b>	<b>18.395.300,24</b>	<b>20.528.653,10</b>	<b>142.326,35</b>	<b>25.210.956,54</b>	<b>300.756,76</b>	<b>64.725.701,09</b>
<b>Em 31.12.2020</b>							
Custo	147.708,10	23.941.711,93	25.950.381,35	384.680,20	25.258.114,61	1.159.453,86	76.842.050,05
Depreciação Acumulada	0,00	4.593.124,16	6.001.650,50	249.974,65	47.158,07	644.551,55	11.536.458,93
<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>147.708,10</b>	<b>19.348.587,77</b>	<b>19.948.730,85</b>	<b>134.705,55</b>	<b>25.210.956,54</b>	<b>514.902,31</b>	<b>65.305.591,12</b>
<b>Em 31.12.2021</b>							
Custo	147.708,10	29.183.571,42	27.752.926,69	388.278,35	25.429.433,09	1.217.191,13	84.119.108,78
Depreciação Acumulada	0,00	6.048.158,39	7.909.403,07	255.828,02	713.762,92	1.046.985,46	15.974.137,86
<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>147.708,10</b>	<b>23.135.413,03</b>	<b>19.843.523,62</b>	<b>132.450,33</b>	<b>24.715.670,17</b>	<b>170.205,67</b>	<b>68.144.970,92</b>

A Companhia procedeu a revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo em especial o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

### NOTA 09 – INTANGÍVEL

	<u>INTANGÍVEL</u>		
	<u>Marcas e Patente</u>	<u>Direitos de Uso</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31.12.2019</b>			
Saldo Inicial	2.905,00	1.026.149,82	<b>1.029.054,82</b>
Adições	-	31.544,16	<b>31.544,16</b>
Amortizações	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>2.905,00</b>	<b>1.057.693,98</b>	<b>1.060.598,98</b>
<b>Em 31.12.2020</b>			
Saldo Inicial	2.905,00	1.057.693,98	<b>1.060.598,98</b>
Adições	-	-	-
Amortizações	-	213.763,68	<b>213.763,68</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>2.905,00</b>	<b>843.930,30</b>	<b>846.835,30</b>
<b>Em 31.12.2021</b>			
Saldo Inicial	2.905,00	843.930,30	<b>846.835,30</b>
Adições	-	-	-
Amortizações	-	213.763,68	<b>213.763,68</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>2.905,00</b>	<b>630.166,62</b>	<b>633.071,62</b>

As marcas e patentes e direitos de uso, por serem classificados como intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos ao teste de recuperabilidade, de forma anual, não tendo sido identificadas perdas por “impairment”.

### NOTA 10 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes sofreram perdas por “impairment”. Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2013 a empresa realizou o teste de Recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por “impairment”.

### NOTA 11 – FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores	16.613.504,73	12.537.851,48
Obrigações Fiscais	2.290.260,64	1.132.722,50
Obrigações Previdenciárias e Sociais	8.010.777,53	7.056.508,11
	<b>26.914.542,90</b>	<b>20.727.082,09</b>

### NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de Clientes	61.309.325,97	22.686.348,05
Outras Obrigações	51.306.214,36	63.950.344,99
Outros Débitos	14.572.205,60	13.403.971,65
Provisões Trabalhistas	384.682,30	1.088.812,90
Cheques a Compensar	1.492,59	3.208,10
	<b>127.573.920,82</b>	<b>101.132.685,69</b>

### NOTA 13 – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Outros Débitos Consorciadas</b>		
Jota Ele Kiiir	93.773.037,06	78.383.766,71
Jota Ele / SH/CDG/Exxa	140.402.095,47	105.231.413,55
Consórcio Jota Ele /Steinge	51.578.940,27	44.836.598,51
Consórcio Jota Ele / Planaterra / Iguatemi	15.658.269,56	1.892.912,60
Consórcio Jota Ele /MBM	5.604.593,28	48.653,72
	<b>307.016.935,64</b>	<b>230.393.345,09</b>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Debitos Consolidados</b>		
Parcelamento Tributário	7.371.089,60	8.802.193,27
	<b>314.388.025,24</b>	<b>239.195.538,36</b>

### NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Capital de Giro	82.239.872,02	43.419.893,02
Financiamento Construção	9.978.805,35	13.112.442,32
Financiamento	-	-
Outros	3.670.640,93	1.972.009,59
<b>Total do Circulante</b>	<b>95.889.318,30</b>	<b>58.504.344,93</b>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Não Circulante</b>		
Capital de Giro	100.698.538,56	88.901.797,72
Financiamento Imobilizado	67.105.190,37	76.578.888,65
Outros	5.607.546,67	1.905.580,95
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>173.411.275,60</b>	<b>167.386.267,32</b>

### NOTA 15 – RECEITAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas de Vendas	32.915.404,61	14.929.020,84
Receitas de Aluguéis	7.087.682,28	5.831.928,89
Receitas de Serviços	351.088.588,14	305.326.624,97
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>391.091.675,03</b>	<b>326.087.574,70</b>
Impostos sobre Receita	(20.337.926,75)	(16.802.200,30)
Deduções de Vendas	(1.045.544,90)	-
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>369.708.203,38</b>	<b>309.285.374,40</b>

### NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital Social

Foi aprovado nas reuniões do Conselho de Administração e deliberação de Sócios, Cisão Parcial da Jota Ele Construções Civis S/A, sendo realizado a redução de Capital Social por Cisão Parcial, com registro na junta Comercial do Paraná através da 12ª Ata registrada sob o número 20172967473, passando o Capital Social de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal, para o valor de R\$ 39.340.000 (trinta e nove milhões trezentos e quarenta mil reais) dividido em 39.340.000 (trinta e nove milhões trezentos e quarenta mil) de ações ordinária. Cascavel (PR), 31 de dezembro de 2021.

<b>JOÃO LUIZ FELIX</b> Diretor Presidente CPF nº 582.657.328-72	<b>JADETE LORENSI</b> Contadora CPF nº 525.141.709-82 CRC-PR nº 033.152/0-2
---	--

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

## Secil Brasil Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)						Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)													
Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado				
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020		2021	2020					
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>													
Caixa e equivalentes de caixa	7	944	991	236.508	162.040	Fornecedores	15	-	3	100.449	58.173	Receitas de vendas e serviços	20	-	-	565.835	460.361		
Contas a receber de clientes	8	-	-	35.070	24.214	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	428.441	339.588	Custo das vendas e dos serviços prestados	21	-	-	(348.714)	(306.167)		
Estoques	9	-	-	83.667	45.096	Arredamento mercantil	17	-	-	4.748	5.856	<b>Lucro bruto</b>				<b>217.121</b>	<b>154.194</b>		
Impostos a recuperar	10	143	157	28.393	34.408	Salários e encargos sociais	18	-	-	14.814	11.662	(Despesas) receitas operacionais				(25.581)	(21.583)		
Partes relacionadas	24	-	-	1.505	1.425	Impostos a recolher	18	-	-	6.602	5.305	Gerais e administrativas	21	(50)	675	(74.331)	(73.134)		
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	-	21.122	Adiantamentos de clientes		-	-	1.134	1.040	Comerciais	21	-	-	131	(1)		
Outros créditos a receber		-	-	10.428	2.966	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	5.588	-	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber				-	-		
		<u>1.087</u>	<u>1.148</u>	<u>395.571</u>	<u>291.271</u>	Outras contas a pagar		<u>11</u>	<u>34</u>	<u>11.896</u>	<u>6.783</u>	Outras receitas e despesas líquidas	21	(2.741)	2.940	(6.634)	314		
						Total do passivo		<u>11</u>	<u>37</u>	<u>573.672</u>	<u>428.407</u>	Resultado de equivalência patrimonial	11	<u>15.975</u>	<u>(9.914)</u>	-	-		
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>						<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>				13.184	(6.300)	110.706	59.790
Impostos a recuperar	10	-	-	44.131	49.149	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	317.137	331.050	<b>Resultado financeiro</b>	22			(74)	(1.645)	(80.817)	(218.328)
Impostos diferidos	23	-	-	-	11.580	Arredamento mercantil	17	-	-	1.559	325	Despesas financeiras				<u>88</u>	<u>97</u>	<u>9.490</u>	<u>150.673</u>
Outros créditos a receber		-	-	1.455	2.157	Partes relacionadas	24	-	-	-	154.000	Receitas financeiras							
		-	-	<u>1.455</u>	<u>2.157</u>	Impostos a recolher	18	-	-	164.681	113.557	<b>Despesas financeiras, líquidas</b>				<u>14</u>	<u>(1.548)</u>	<u>(71.327)</u>	<u>(67.655)</u>
		-	-	<u>45.586</u>	<u>62.886</u>	Impostos diferidos	23	30.236	30.236	32.202	30.236	<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				13.198	(7.848)	39.379	(7.865)
Investimentos	11	714.708	698.733	-	1	Provisão para contingências	25	2.742	-	18.282	13.521	Imposto de renda e contribuição social	24	-	(358)	(19.648)	(697)		
Imobilizado	12	-	-	1.077.200	1.112.976	Outras contas a pagar		-	-	49	42	<b>Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas</b>				13.198	(8.206)	19.731	(8.562)
Direito de uso dos ativos	13	-	-	5.537	5.509	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		<u>32.978</u>	<u>30.236</u>	<u>533.910</u>	<u>642.731</u>	Participação de não controladores							
Intangível	14	-	-	285.178	287.244	Participação de não controladores						<b>Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas</b>							
		<u>714.708</u>	<u>698.733</u>	<u>1.367.915</u>	<u>1.405.730</u>	Total do patrimônio líquido		<u>682.806</u>	<u>669.608</u>	<u>682.806</u>	<u>669.608</u>	Média poderada das ações em circulação durante o exercício (em milhares)					856.080	1.061.276	
						Patrimônio líquido	19					Lucro (prejuízo) por ação do capital social no fim do período - R\$					0,016	(0,008)	
						Capital social		650.884	1.067.276	650.884	1.067.276	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							
						Reservas de capital		18.724	18.724	18.724	18.724								
						Reserva Legal		659	-	659	-								
						Prejuízos acumulados		<u>12.539</u>	<u>(416.392)</u>	<u>12.539</u>	<u>(416.392)</u>								
						Total do passivo		<u>32.989</u>	<u>30.273</u>	<u>1.107.582</u>	<u>1.071.138</u>								
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>715.795</u>	<u>699.881</u>	<u>1.809.072</u>	<u>1.759.887</u>								

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)									
	Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<u>1.061.276</u>	<u>18.724</u>	-	-	<u>(408.186)</u>	<u>671.814</u>	<u>19.425</u>	<u>691.239</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(8.206)	(8.206)	(284)	(8.490)
Aumento capital social	19.a	6.000	-	-	-	6.000	6.000	-	6.000
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>1.067.276</u>	<u>18.724</u>	-	-	<u>(416.392)</u>	<u>669.608</u>	<u>19.141</u>	<u>688.749</u>
Redução capital social	19.a	(416.392)	-	-	-	416.392	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	13.198	13.198	(457)	12.741
Constituição reserva legal	19.d	-	-	659	-	(659)	-	-	-
Transferencia para reserva de lucros	19.e	-	-	-	12.539	(12.539)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<u>650.884</u>	<u>18.724</u>	<u>659</u>	<u>12.539</u>	-	<u>682.806</u>	<u>18.684</u>	<u>701.490</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						<b>Lucro (Prejuízo) exercício</b>	13.198	(8.206)	13.772	(8.562)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		13.198	(7.848)	33.420	(7.865)	<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-
<b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</b>						<b>Resultado abrangente do período</b>	13.198	(8.206)	13.772	(8.562)
Depreciação, exaustão e amortização	21	-	-	66.259	58.025	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Baixas de imobilizado	12	-	-	1.020	458	<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>				
Provisão para contingências	25	2.742	-	4.761	2.441	<b>Aos Diretores da</b>				
Juros incorridos	16	-	-	47.654	106.974	<b>Opinião</b>				
Encargos de variação instrumento derivativo - swap	16	-	-	25.370	(31.965)	Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Secil Brasil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.				
Variação cambial não realizada	16	-	-	8.457	-	Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Secil Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	-	-	(131)	(1)	<b>Base para Opinião</b>				
Provisão para imparidades de estoques	9	-	-	(13)	-	Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
Equivalência patrimonial	11	(15.975)	9.914	-	-	<b>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>				
		<u>(35)</u>	<u>2.066</u>	<u>186.797</u>	<u>128.067</u>	A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.				
(Aumento) ou redução nos ativos						Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.				
Contas a receber	8	-	-	(10.725)	(772)	<b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>				
Estoques	9	-	-	(38.558)	15.726	Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas				
Impostos a recuperar	10	14	59	11.033	7.545					
Outros créditos a receber		-	-	(6.760)	-77					
Aumento ou (redução) nos passivos										
Fornecedores	15	(3)	3	42.276	(3.339)					
Salários e encargos sociais		-	-	3.152	(1.094)					
Impostos a recolher	18	(1.597)	-	39.046	31.586					
Adiantamentos a clientes		-	-	94	(544)					
Outras contas a pagar		-	-	(6.661)	5.419					
<b>Caixa (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>(24)</u>	<u>(6.130)</u>	<u>231.774</u>	<u>177.433</u>					
Juros pagos	16	(23)	-	(36.772)	(23.940)					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(358)	(358)					
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>(47)</u>	<u>(6.488)</u>	<u>188.901</u>	<u>153.135</u>					
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>										
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(29.485)	(49.943)					
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		-	-	<u>(29.485)</u>	<u>(49.943)</u>					
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>										
Empréstimos e financiamentos tomados	16	-	-	431.046	438.587					
Pagamentos de empréstimos	16	-	-	(375.445)	(388.366)					
Pagamentos de arrendamento mercantil	17	-	-	(7.462)	(3.297)					
Empréstimos e financiamentos pagos com partes relacionadas	24	-	-	(154.000)	(26.226)					
Recebimento/Pagamento de SWAP/NDP		-	-	20.463	-					
Aumento Capital Social	19	-	-	6.000	6.000					
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>		-	-	<u>6.000</u>	<u>(85.398)</u>					
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(47)</u>	<u>(488)</u>	<u>74.018</u>	<u>129.890</u>					
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	7	<u>991</u>	<u>1.479</u>	<u>162.040</u>	<u>32.150</u>					
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	7	<u>944</u>	<u>991</u>	<u>236.058</u>	<u>162.040</u>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os



O equilíbrio financeiro de curto prazo do Grupo será restabelecido à medida que ocorrer uma maior geração de caixa, que permitirá ao Grupo uma inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.

será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pelas Companhias. O equilíbrio financeiro de curto prazo do Grupo será restabelecido à medida que ocorrer uma maior geração de caixa, que permitirá ao Grupo uma inversão da atual condição do seu capital circulante líquido. O Grupo tem vindo a reduzir a sua dívida de curto prazo, com o apoio dos acionistas. As fontes de recursos são através de: (i) aportes de capital e/ou mútuos de seus controladores; (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias. O Grupo continuará contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem a sua estabilidade e o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atrelados diretamente ao Governo Federal.

A nova fábrica considerada uma das mais modernas do Brasil continua a apresentar um desempenho operacional notável, quer em termos de fiabilidade, quer em termos de consumos específicos, razão pela qual mantemos a expectativa de que haverá uma evolução muito positiva na situação do Grupo, assim que o mercado brasileiro de construção retomar o caminho do crescimento.

É conivência da Administração que a nova fábrica suportada por equipamentos da melhor tecnologia disponível, veio trazer uma dinâmica de crescimento ao Grupo, com produtos de excelente qualidade, e custos mais reduzidos, que vão permitir competir no mercado.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos. Considerando a situação atual, a Companhia, não teve impacto nas vendas, fluxos de caixa, e continuidade do atingimento do orçamento 2021.

**2 Base de preparação**

**Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de abril de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4 Uso de estimativas e julgamento**

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- Nota explicativa 12** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado;

- Nota explicativa 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- Nota explicativa 26** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

- Nota explicativa 27** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor valor justo.

**6 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas poltticas foram aplicadas de modo consistente nos exercicios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

**a. Base de consolidação**

*(i) Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

<b>Empresas</b>	<b>Controle</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Supremo Cimentos S.A.	Direto	96,53%	96,53%
Margem Companhia de Mineração	Indireto	100%	100%

*(i) Participação de acionistas não-controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

*(ii) Perda de controle*

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

*(iii) Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa..

**d. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

**e. Instrumentos financeiros**

*(i) Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

*(ii) Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
— É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
— Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:
• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
• Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---------------------------------	---

<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	--

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

*(iv) Desreconhecimento*

*Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

*(v) Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*(vi) Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia possui vários contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiros para proteção cambial, mensurados ao valor justo.

**f. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

**g. Imobilizado**

*(i) Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

*(vii) Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

*(viii) Depreciação*

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade

anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

**h. Intangível**

*(i) Software*

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

*(ix) Ágio*

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

*(x) Marcas registradas e licenças*

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

**i. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

*(i) Ativos não financeiros, exceto estoques*

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

*(xi) Ativos financeiros não-derivativos*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

**j. Fomecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

**k. Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

**l. Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

**m. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

*(i) Venda de produtos*

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

*(xii) Prestação de serviços*

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando da prestação de serviço ao cliente.

*(xiii) Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

**n. Provisões**

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisões de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada

levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refilita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**o. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**



Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**p. Arrendamentos**  
No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**  
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado o restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

**Arrendamentos de ativos de baixo valor**  
O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**q. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**  
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) 66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	50	249	4.647	2.130
Aplicações financeiras	894	742	231.861	159.910
	944	991	236.508	162.040

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados a variação de 80% a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

	Consolidado	
	2021	2020
Contas a receber clientes	38.013	27.288
Provisão para perda estimada de crédito	(2.943)	(3.074)
	35.070	24.214

A controladora Supremo Cimentos S.A. possui contrato de financiamento com Banco do Brasil, com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cuja montante das garantias em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.000 (31 de dezembro de 2020 é de R\$ 6.000).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado
A vencer	35.034
Vencidos até 90 dias	314
Vencidos até 180 dias	56
Vencidos acima de 180 dias	2.609
Perda por redução ao valor recuperável	(2.943)
	35.070

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.074)
Constituições	(454)
Reversões	585
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.943)

	Consolidado	
	2021	2020
Matéria-prima e outros materiais	75.088	37.681
Produtos acabados	9.213	8.062
Imparidades	(634)	(647)
	83.667	45.096

A Administração avalia de forma constante os estoques do Grupo quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como resultado destas avaliações, a Administração identificou a necessidade de registro de imparidade para perdas nos estoques do Grupo, nos montantes de R\$ 634 e R\$ 647, respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	4.551	3.287
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (*)	-	-	9.330	8.808
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	2.274	10.427
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	32	78
Imposto de renda e contribuição social	-	-	9.662	9.017
Crédito PIS e Cofins Ativo Permanente	-	-	46.526	51.763
Outros	143	157	149	177
	143	157	72.524	83.557
Ativo circulante	143	157	28.393	34.408
Ativo não circulante	-	-	44.131	49.149

(\*) A controladora Margem Cia de Mineração é beneficiária do Regime Especial no 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense. Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica, a Margem está acumulando o ICMS sobre essas aquisições cuja compensação em 1/48 teve início em abril/2015.

	Controladora	
	2021	2020
Supremo Cimentos S.A.	433.819	417.844
Participação no patrimônio líquido contábil	88.928	88.928
Participação sobre valor justo de ativo intangível (marca Supremo)	191.361	191.361
Ágio na aquisição de participação societária	714.708	698.733

**a. As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir**

	Participação no capital social - %	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo do exercício
--	------------------------------------	--------------------	-----------------------------

Custo	Consolidado						
	Terrenos	Jazidas minerais	Edificações	Máquinas e Equipamentos de equipamentos	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento
<b>Em 01 de janeiro de 2020</b>	45.145	193.402	345.585	622.027	31.076	648	11.770
Adições	543	-	(2.575)	(10.464)	8.181	-	1.349
Baixas	-	-	(2)	(347)	(2.635)	(355)	(28)
Transferência	100	1.410	36.787	105.100	4.507	772	(148.676)
AVP PRODEC(a)	-	-	(155)	(363)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	45.788	194.812	379.640	715.953	41.129	293	13.863
Adições	-	-	(84)	1.233	378	-	222
Baixas	-	-	(1.570)	(693)	-	-	(174)
Transferência	280	2.412	3.683	15.352	223	(85)	(21.865)
AVP PRODEC(a)	-	-	(209)	(488)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	46.068	197.224	381.460	731.367	41.730	293	13.826
Depreciação e exaustão acumulados	-	(10.848)	(43.347)	(161.407)	(16.037)	(508)	(6.587)
<b>Em 01 de janeiro de 2020</b>	-	(2.710)	(11.961)	(43.137)	(2.888)	(110)	(1.378)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	194	2.332	369	13	-
AVP PRODEC(a)	-	-	121	282	-	-	-
Crédito PIS e Cofins	-	-	1.146	8.457	34	-	3
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	-	(13.558)	(54.040)	(195.611)	(16.559)	(249)	(7.949)
Depreciação e exaustão	-	(4.606)	(12.763)	(48.485)	(3.382)	(37)	(1.477)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	153	279	-	-	165
AVP PRODEC(a)	-	-	133	310	-	-	-
Crédito PIS e Cofins	-	-	1.172	5.585	11	-	15
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	(18.164)	(63.980)	(237.922)	(19.930)	(286)	(9.246)
Valor contábil	45.145	182.554	302.238	460.620	15.039	140	5.183
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	45.788	181.254	325.600	520.342	24.570	44	5.914
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	46.068	179.060	317.480	493.445	21.800	7	4.580

(a) A Controladora Supremo Cimentos é detentora de incentivo fiscal denominado PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, concedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em que possui o direito à dilação do prazo de pagamento de parte do ICMS devido sobre receitas de vendas pelo período de 48 meses. Por se tratar de uma subvenção para investimento e tendo em vista que o ICMS a recolher é atualizado monetariamente por um índice de atualização monetária inferior às taxas de juros praticados no mercado, a Empresa apresenta o saldo de ICMS a recolher por seu valor presente no passivo circulante e não circulante, sendo que o ajuste a valor presente na data do fato gerador do ICMS é apresentado como redutora do ativo imobilizado. A referida provisão para ajuste a valor presente é apropriada ao resultado à medida que os bens do imobilizado são depreciados e a provisão para juros sobre o ICMS a recolher é reconhecida ao resultado à medida que o prazo da dilação de pagamento do imposto é transcorrido.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos nomeadamente por ativos reais, incluindo terrenos, edifícios, equipamentos, equipamentos de transporte e veículos, até o limite do saldo devedor e garantia fiduciária dos acionistas.

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Outros	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2020	189	758	22	3.315	1.219	7	5.509
Adições	1.316	2.786	-	2.905	446	419	7.872
aixas	(362)	(522)	-	-	(46)	(145)	(1.075)
Amortização no período (*)	(433)	(1.084)	(22)	(3.556)	(1.560)	(115)	(6.720)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	710	1.938	-	2.664	59	166	5.537

(\*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

	Consolidado	
	2021	2020
Ágio na aquisição de participação - Supremo Cimentos S.A. (nota 12)	195.158	195.158
Valor justo de ativo intangível (marca Supremo)	88.928	88.928
Software por aquisição de investimento	1.092	3.158
	285.178	287.244

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
15 Fornecedores				

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento	Consolidado				
			Circulante	Não circulante	Total		
			Final	2021	2020	2021	2020
EKF/ELO	CDI+1,35%	2.025	20.050	20.050	50.125	70.169	70.175
Custo com captação recurso			-	-	(1.895)	(3.188)	(3.188)
Encargos apropriados			2.348	1.265	48.230	66.981	70.828
			22.398	21.315	48.230	66.981	88.296
BRDE	5,50%	2.022	84	114	-	84	84
			84	114	-	84	188
BNDDES	TJLP +3,54%	2029	36.996	85.686	99.980	123.891	136.976
Encargos apropriados			(9.298)	(87.689)	(99.980)	(123.891)	(139.189)
			27.698	(2.003)	0	0	(2.003)
Capital de giro	Libor +1,25%	2.024	360.757	229.300	168.927	140.094	529.684
Encargos apropriados			(5.993)	(1.190)	(168.927)	(140.094)	(5.993)
			354.764	228.110	152.230	134.900	523.691
Total			428.441	339.588	317.137	331.050	745.578

Em 16 de outubro de 2013, a sua Controladora a celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaaneordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal, no valor de R\$ 200.500 (saldo remanescente em 31 de dezembro de 2021 R\$ 70.175 e R\$ 90.225 em 31 de dezembro de 2020). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis, a partir de julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no valor de R\$ 202.500 (foi totalmente liquidado em 15 de julho de 2021 e R\$ 49.472 em 31 de dezembro de 2020).

Em 04 de setembro de 2018, a Companhia firmou um contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 70.000 (saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 45.735 e de R\$ 68.862 em dezembro de 2020), de forma a alongar a sua dívida.

Em 13 de fevereiro de 2019, a sua Controladora firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000, tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos entretanto concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, permitindo o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil.

Em 2020 a Companhia contratou no mercado local um financiamento junto do Banco do Brasil no montante de R\$ 75.000, por um prazo de 36 meses. Em 31 de Dezembro do 2021 tinha um saldo de R\$ 50.000 e R\$ 71.429 em 31 de Dezembro de 2020.

Em 2021 a Companhia contratou um financiamento junto do Santander, no montante de R\$ 50.000, por um prazo de 24 meses.

A sua Controladora possui um contrato de empréstimo com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (*covenants*). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas.

	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Empresas controladas	96,53	96,53	449.413	432.862	16.550	(10.271)
Supremo Cimentos S.A.						
<b>b. A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada</b>						
					<b>Supremo Cimentos S.A.</b>	
Em 01 de janeiro de 2019						711.844
Participação nos prejuízos de controlada						(9.914)
Em 31 de dezembro de 2020						698.733
Participação nos lucros de controlada						15.975
Em 31 de dezembro de 2021						714.708

**c. Teste de impairment do ágio**  
A Empresa através de sua controladora efetuou o teste de *impairment* para o ágio pago na aquisição do investimento na Supremo.  
Valor justo alocado a participação sobre o ativo intangível (marca Supremo).  
Para efeitos da avaliação, considera-se que as marcas possuem uma vida útil indefinida. O modelo utilizado foi de fluxo de caixa descontado para os próximo 5 anos mais o período de perpetuidade.  
As premissas chaves utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são:

Descrição:	
Taxa de desconto	13,5%
Volume de vendas (% de crescimento médio ao ano	



sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no montante de R\$ 6.468 classificado no passivo circulante. O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Consolidado
Um ano (2020)	428.441

	2020	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização	Juros Pagos	2021
Itaú	30.407	-	1.596	-	(30.000)	(2.003)	-
Banco do Brasil	135.405	114.530	7.036	1.263	(90.850)	(6.297)	161.087
BRDE	41.198	-	469	1.285	(14)	(49)	11.284
Banco Comercial Portugues	80.152	-	5.845	(708)	(31.394)	(1.897)	83.472
BANDES	211.553	-	22.080	193	(75.639)	(18.996)	139.191
EKF	88.302	-	5.566	-	(20.050)	(3.190)	70.628
Deutsche Bank	-	-	-	-	-	-	-
Banco Santander	83.264	50.000	1.527	6.421	(127.398)	(1.055)	50.472
Banco Caixa Geral	-	286.516	3.528	-	-	(2.908)	229.423
	670.638	431.046	47.654	8.457	(375.445)	(36.772)	745.578

17 Arrendamento mercantil  
O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	Percentual
De um ano	4,73 % a.a
De um ano a três anos	5,81 % a.a
De três anos a cinco anos	6,41 % a.a

	31/12/2021
Dívida reconhecida em 01/01/2021	6.181
Pagamentos parcela	246
Juros	(121)
Saldo 31 de dezembro de 2021	6.307

Vencimento das parcelas	Valores em R\$	Percentual Consolidado
Um ano (2021)	4.748	75%
Dois anos (2022)	1.559	25%
	6.307	100%

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) (*)	-	-	4.131	4.002
Paraná Competitivo (**)	-	-	161.778	110.950
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	3.603	2.393
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	227	136
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	48	30
Outros (ISS, IRRF, CSRF)	-	-	1.496	1.351
	-	-	171.283	118.862
Passivo circulante	-	-	6.602	5.305
Passivo não circulante	-	-	164.681	113.557

(\*) O saldo refere-se a ICMS incremental, a recolher, oriundo do benefício fiscal PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) que difere por 48 meses o prazo de pagamento do referido tributo, cujo pagamento iniciou em 10 de abril de 2014. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.335 (R\$ 3.525 em 2020).

(\*\*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 161.777 (R\$ 110.949 em 2020).

19 Patrimônio líquido  
a. Capital social - O capital social é composto por ações nominativas e ordinárias. A quantidade total de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021 é de 650.884 e 2020 é de 1.061.276 ações, todas emitidas a valor nominal R\$ 10,00 por ação. Em 23 de Junho de 2020, foi realizado aumento de capital no montante de R\$6.000 integralizado em moeda corrente. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 650.884 (R\$ 1.061.276 em 31 de dezembro de 2020). Em 01 de junho de 2021, por deliberação dos acionistas da Companhia, decidiu-se pela redução de capital social para a absorção dos prejuízos acumulados no montante de R\$ 416.392. A composição do capital social em ações se divide entre os acionistas da seguinte forma em milhares de ações:

	2021	2020
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A	1	1
Cimimpart Investimentos e Participações SGPS S.A	650.883	1.061.275
	650.884	1.061.276

t. Reserva de capital  
O saldo registrado no montante de R\$18.724 refere-se ao ganho que a Companhia teve no aumento de capital efetuado na investida Supremo Cimentos no montante de R\$ 56.500 que não foi acompanhado pelo demais acionistas. Assim a Companhia passou de uma participação de 96,33% no capital da investida para 96,53%.

b. Lucro líquido por ação  
O lucro líquido básico por ações é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do lucro por ação. Portanto, o lucro por ação básico é igual ao diluído.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	13.198	-8.205
Média ponderada das ações em circulação no ano	856.080	1.026.276
Lucro básico por ações no final do exercício	0,016	(0,008)

u. Reserva de lucros - Nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social. A Companhia constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 659.

v. Distribuição de dividendos - O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido ajustado, que não excederá 20% do capital social, será deliberada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas de 25%. A assembleia poderá deliberar pagamento diferente do mínimo obrigatório, portanto, o valor somente é provisionado após a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado não destinado foi transferido para Reserva de Lucros.

	2021	2020
Receita bruta de vendas	737.007	602.635
Venda de cimento	625.486	538.322
Revenda de cimento	12.465	8.286
Serviços de concretagem	13.017	55.744
Outros	85.724	283
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	(171.172)	(142.274)
Receita operacional líquida	565.835	460.361

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Matéria-prima e materiais	-	-	(109.404)	(96.742)
Gastos com pessoal	-	-	(65.961)	(61.176)
Depreciação e exaustão	-	-	(66.259)	(58.025)
Serviços profissionais de terceiros	(50)	675	(77.063)	(64.017)
Energia elétrica	-	-	(35.260)	(29.468)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(68.327)	(44.561)
mbalagens e armazenamento	-	-	(3.861)	(17.251)
Manutenção	-	-	(16.221)	(14.451)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.741)	2.940	(12.773)	(14.879)
	(2.791)	3.615	(455.129)	(400.570)

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Custo produtos vendidos	-	-	(348.714)	(306.167)

\* Contingências tributárias – a principal ação está relacionada a processo junto à Receita Federal. Para aquelas ações cujos riscos de perdas foram avaliados como possíveis, a Companhia não constituiu provisão para contingências. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

Dois anos (2021)	183.593
Três anos (2022)	61.078
Quatro anos (2023)	23.059
2024 em diante	49.407
	745.578

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2021:

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	(50)	675	(25.581)	(21.583)
Despesas comerciais	-	-	(74.331)	(73.134)
Outras receitas/despesas, líquidas (a)	(2.741)	2.940	(6.634)	314
	(2.791)	3.615	(455.129)	(400.570)

(a) A principal variação se deve na controladora se refere à despesa provisão tributária referente ao processo administrativo fiscal impetrado pela Receita Federal devido ao não reconhecimento de créditos na apuração do IRPJ. No consolidado o aumento se deve provisão trabalhista.

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Juros sobre empréstimos	-	-	(47.654)	(40.267)
Juros pagos a fornecedores	-	-	(253)	(276)
Marcação a mercado do swap (despesas)	-	-	(7.096)	-
Varição cambial líquida	-	-	(6.885)	(169.013)
Provisão AVP Prodec	-	-	(494)	(836)
Juros contratuais	(74)	(1.645)	(14.743)	(7.936)
Outras despesas financeiras	(74)	-	(3.692)	-
Despesas financeiras	(74)	(1.645)	(80.817)	(218.328)
Marcação a mercado do swap	-	-	-	73.868
Outras receitas financeiras	88	97	9.490	76.805
Receitas financeiras	88	97	9.490	150.673
Despesas financeiras, líquidas	14	(1.548)	(71.327)	(67.655)

23 Imposto de renda e contribuição social  
a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
AVP PRODEC (depreciação)	-	-	2.558	2.472
Outras diferenças diversas	-	-	13.498	10.067
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(127.697)	(130.324)
	-	-	143.753	142.863

Passivo  
AVP PRODEC (dívida) (409) (340)  
Custo atribuído (72.410) (65.265)  
Valor da marca (30.236) (30.236)  
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil) (72.900) (65.678)  
(175.955) (161.519)

Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos  
2021 18.656  
2020 11.580  
Passivo (32.202) (30.236)  
32.202 18.656  
w. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social  
A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:  
Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. Com base na evolução da Controlada a administração iniciou em 2021 a utilização dos créditos diferidos.

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Outras contas a receber	-	-	1.505	1.425
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.	-	-	1.505	1.425
Passivo				
Fornecedores	-	-	57.887	16.472
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A	-	-	-	-
Mútuos	-	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.	-	-	-	-
Cimimpart Investimentos e Participações	-	-	154.000	-
	-	-	57.887	170.472

(i) A Companhia efetuou a liquidação total do contrato de mútuo com a acionista Cimimpart Investimentos e Participações SGPS S.A, sendo sua liquidação ocorrida por contrato de cambio.

As compras de matérias-primas e mercadorias são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação, com prazo de pagamento específico para cada tipo de produto e/ou fornecedor.

x. Remuneração do pessoal-chave da administração  
A Companhia teve custos com remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 2.850 na controlada (Em 2020 no montante de R\$ 2.301 na controlada, não houve pagamento de honorários da controladora).

25 Provisão para contingências  
A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos Cíveis, Trabalhistas e Tributários em andamento, e estão discutindo estas questões na esfera administrativa bem como judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte das obrigações. Para aquelas ações cujas probabilidades de perdas, com base na opinião dos seus advogados, foram consideradas prováveis, a administração reconheceu provisão para contingências conforme apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Contingências prováveis				
Cíveis	12.979	10.185		
Trabalhistas	2.230	3.005		
Tributárias	3.073	331		
	18.282	13.521		

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:  
• Contingências trabalhistas - estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos. O valor do depósito judicial (R\$ 377, saldo em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 377 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a mandado de segurança impetrado pela Controladora questionando o valor da alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAT). Os depósitos judiciais estão apresentados no balanço na rubrica outros créditos a receber no ativo não circulante.  
• Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais.

	Consolidado	
	2021	2020
Contingências possíveis		
Cíveis	3.356	353
Trabalhistas	7.110	5.297
	10.466	5.650

26 Intrumentos financeiros  
a. Classificação contábil e valores justos  
A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

(i) Controladora		2021	2020
	Valor justo Instrumentos de hedging		
	Mensurados ao custo amortizado		
	Outros passivos financeiros		
	Saldo contábil		
	Saldo contábil		

Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	7	-	-	50	49
Aplicações financeiras	7	894	-	894	742
Outras contas a receber	-	-	-	-	-

Passivos financeiros					
Fornecedores	15	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	11	11	11	34

(xiv) Consolidado		2021	2020
	Valor justo Instrumentos de hedging		
	Mensurados ao custo amortizado		
	Outros passivos financeiros		
	Saldo contábil		
	Saldo contábil		

Ativos financeiros Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Instrumentos financeiros derivativos (a)	16	(5.588)	-	(5.588)	21.122

	Controladora	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020	
Caixa e bancos	7	4.597	-	4.597	1.881
Aplicações financeiras	7	230.967	-	230.967	159.168
Contas a receber de clientes	8	35.070	-	35.070	24.214
Partes Relacionadas	25	1.505	-	1.505	1.425
Outras contas a receber	-	10.428	-	10.428	2.966

Passivos financeiros					
Fornecedores	15	-	100.449	100.449	58.170
Empréstimos e financiamentos	16	-	745.578	745.578	670.638
Partes Relacionadas	-	-	57.887	57.887	16.472
Outras contas a pagar	-	-	11.885	11.885	6.024

(a) A posição total dos instrumentos derivativos no montante de R\$ 5.588 é composta por instrumentos para proteção de financiamentos (R\$6.468), conforme nota explicativa 16 e R\$880 resultate dos instrumentos para proteção de fornecedores em moeda estrangeira. Mensuração do valor justo.

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativas não observáveis  
O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimento com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas. A avaliação enquadra-se no nível 2 de hierarquia do valor justo.

y. Gerenciamento de risco financeiro  
Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:  
• Risco de crédito  
• Risco de liquidez  
• Risco de mercado



Empréstimos e financiamentos	339.588	158.457	172.593	670.638
Empréstimos partes relacionadas	-	154.000	-	154.000
Arrendamento mercantil	5.856	325	-	6.181
Outras contas a pagar	6.024	-	-	6.024
<b>ab. Risco de mercado</b>	<b>409.638</b>	<b>312.782</b>	<b>172.593</b>	<b>895.013</b>

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

#### (i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominadas em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o real (R\$), mas também em dólares americanos (USD).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Em 2021 a Companhia contratou quatro empréstimos externos sob a Lei no 4.131 com bancos estrangeiros, com principal de EUR 7.500, EUR 10.000, e US\$ 7000 e US\$ 18.000. A sua Controlada contratou dois Empréstimos Externos sob a Lei no 4.131 com um banco estrangeiro com principal de US\$ 16.000 e US\$ 7.000.

Neste mesmo período a Companhia liquidou um Empréstimo Externo no montante de EUR 10.000. A sua Controlada liquidou dois Empréstimos Externos no montante de US\$ 16.000 e US\$ 7.000.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) / euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia e a sua Controlada atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

A Companhia possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 2.677 (valor líquido) no qual reduz o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no montante de R\$ 6.468 classificado no passivo circulante e R\$880, na ponta ativa, para proteção de fornecedores em moeda estrangeira.

(xvii) **Risco de taxa de juros** de tomar decisões visando proteger o seu A Companhia e sua controlada estão fluxo de caixa. A Companhia não realiza expostas à taxas de juros variáveis. A operações com instrumentos financeiros Administração monitora periodicamente derivativos visando proteger-se contra o desempenho das taxas de juros a fim oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	Consolidado	
	2021	2020
Valor contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDB)	231.861	159.168
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (CDI)	608.602	346.506
Empréstimos e financiamentos (TJLP)	136.976	209.774
	<u>977.439</u>	<u>715.448</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 50% a 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

#### (ii) Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de

análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

	Controladora	
	2021	2020
Menos caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(944)	(991)
Dívida líquida	(944)	(991)
Total do patrimônio líquido	<u>682.806</u>	<u>669.608</u>
Total do capital	<u>681.862</u>	<u>668.617</u>
Índice de alavancagem financeira - %	0,0013	0,0014

	Consolidado	
	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 16)	736.921	670.638
Total de arrendamentos mercantis (Nota 17)	6.307	6.181
Total de instrumentos derivativos (Nota 25) (a)	6.468	(21.122)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(236.508)</u>	<u>(162.040)</u>

	Consolidado	
	2021	2020
Dívida líquida	<u>513.188</u>	<u>493.657</u>
Total do patrimônio líquido	<u>682.806</u>	<u>669.608</u>

	Consolidado	
	2021	2020
Total do capital	<u>1.195.994</u>	<u>1.163.265</u>
Índice de alavancagem financeira - %	43	42

(b) Para fins de avaliação da dívida líquida está informado o resultado líquido com instrumento derivativos vinculados a empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, há R\$ um resultado líquido positivo de R\$880, vinculados a fornecedores em moeda estrangeira.

#### (ii) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2021 (saldo contábil tendo por base o CDI de 4,42% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2021:

Instituições financeiras e modalidades – 2021 Financiamentos e empréstimos	Risco (taxa) Alta do CDI	Controladora		
		Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
		606.302	(6.699)	(13.399)
Instituições financeiras e modalidades - 2020	Risco (taxa) Alta do CDI	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos CDI		608.602	(4.199)	(8.398)

#### Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposto principalmente à variação cambial do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essa moeda estrangeira. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada

para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Controladora			
	2021	2020	2021	2020
Impacto do Euro				
Impacto do dólar norte-americano				
Resultado	12.641	5.031	14.352	4.131

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Impacto do Euro				
Impacto do dólar norte-americano				
Resultado	12.641	13.959	14.352	14.985

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

#### 27 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante Contratado
Edificações	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval/fumaça/desmoronamento	4.043
Equipamentos de transporte e veículos pequeno porte	Incêndio/roubo/colisões	269
		<u>4.312</u>

# TRIBUNA

## QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná



TBR290422 pdf

Código do documento 0ba0d3c5-c619-41c1-aba3-07d161dafc3f



## Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA  
Certificado Digital  
tppubleg@tribunadoparana.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 29 Apr 2022, 23:33:57

Documento 0ba0d3c5-c619-41c1-aba3-07d161dafc3f **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-29T23:33:57-03:00

### 29 Apr 2022, 23:34:29

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-29T23:34:29-03:00

### 29 Apr 2022, 23:34:56

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.66.80 (bfb14250.virtua.com.br porta: 44528). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE\_ATOM: 2022-04-29T23:34:56-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):89304e233e2d95b605153dce9970676fe5b5c28478d109bd8cc690b74eabec37

(SHA512):7e211214842ef38fac54aef1daff02b63c688f9c816df2aeacceca23ce58c4ac33f77c9f8564360203ed740f545c9efe0d570538b19f1811bea5725ea3668d1c

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**